

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5013490-03.2011.404.7200/SC

IMPETRANTE : MARCOS DORVAL SCHMITZ
ADVOGADO : EMMANUEL MARTINS
IMPETRADO : CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFCSC - Florianópolis
: MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
MPF : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SENTENÇA

Marcos Dorval Schmitz impetrou mandado de segurança, com pedido de medida liminar, contra ato atribuído ao Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (CS-IF-SC).

Segundo os dizeres da petição inicial, o impetrante é membro eleito do Conselho Superior da referida instituição e participou da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IF/SC, realizada em 1º de junho de 2011, que deliberou a respeito da progressão funcional dos servidores docentes.

Referiu que a reunião se destinava à aprovação de um modelo de resolução que trataria de matéria relativa à progressão por titulação dos docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com objetivo de regulamentar a matéria contida no art. 120 da lei n. 11.784/08.

Disse que foi aprovada, por maioria, a proposta 2, que determinava '*aprovar resolução de concessão da progressão de docentes nos termos da resolução aprovada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul para verificação posterior da operacionalização*'.

Aduziu, no entanto, que o Presidente do Conselho Superior, ao editar o mencionado ato, publicou documento com conteúdo diverso daquele que fora aprovado.

Requeru a concessão da segurança para que seja anulada a Resolução 19/2011/CS e, também, para que seja ordenada à autoridade coatora a edição de uma outra resolução, que corresponda ao que foi decidido pela maioria dos participantes da 2ª Reunião Ordinária do CS-IF-SC.

Notificada, a autoridade coatora informou que realmente foi editada a Resolução nº 19/2011/CS, permitindo a progressão dos servidores da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por titulação, independentemente de interstício, mas que, contudo, deixou de ser cumprida à conta do Parecer Jurídico n. 323/2011/PF/IF-SC /PGF/AGU, que deu por sua ilegalidade.

O pedido liminar foi indeferido (evento 3 - DECLIM1).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da segurança (evento 15 - PARECER1).

Prossigo para decidir.

Na Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC) (evento 1 - ATA5), foram registradas duas propostas de encaminhamento relacionadas ao propósito de disciplinar, em seu âmbito funcional, a progressão a que se refere o art. 120 da Lei n. 11.784: '*Proposta 1 -*

formar uma comissão, que deverá formular uma minuta de Resolução para a concessão da progressão docente, com encaminhamento para análise prévia do CONJUR/Procuradoria Federal e posterior cumprimento; **Proposta 2** - aprovar Resolução de concessão da progressão docente nos termos da Resolução aprovada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul para verificação posterior da operacionalização'.

Observada a Resolução n. 16/2011/CS, e mais adiante, a Resolução n. 19/2011/CS, da Presidência do Conselho Superior do IF-SC, não é difícil concluir que se afastou em seus termos do resultado da decisão colegiada na reunião.

Fosse só esta a questão de fundo a ser apreciada, poderia se imputar à autoridade coatora a prática de evidente ilegalidade, porque desrespeitou procedimento originado da participação do órgão coletivo de deliberação da autarquia federal.

Todavia, a atuação do Conselho Superior do IF-SC, em si mesma, na tentativa de preencher lacuna de regulamentação do art. 120 da Lei n. 11.784, foi ilegal por inteiro.

Este dispositivo legal estabeleceu, *in verbis*:

Art. 120. O desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos servidores que integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocorrerá mediante progressão funcional, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos do regulamento.

§ 1º A progressão de que trata o caput deste artigo será feita após o cumprimento, pelo professor, do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no nível respectivo.

§ 2º O interstício para a progressão funcional a que se refere o § 1º deste artigo será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 3º Na contagem do interstício necessário à progressão, será aproveitado o tempo computado da última progressão até a data em que tiver sido feito o enquadramento na Carreira de que trata o caput deste artigo.

§ 4º Os servidores integrantes da Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, pertencentes aos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação posicionados nas atuais classes C e D, que à época de assinatura do Termo de Opção pela Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico estiverem matriculados em programas de mestrado ou doutorado poderão progredir na Carreira mediante a obtenção dos respectivos títulos para a nova Classe D III, Nível 1.

§ 5º Até que seja publicado o regulamento previsto no caput deste artigo, para fins de progressão funcional e desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, aplicam-se as regras estabelecidas nos arts. 13 e 14 da Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006.

O poder regulamentar ou de execução, com base no art. 84, IV, da Constituição Federal de 1988, é de competência privativa da Presidência da República, de regra exercido através de decreto.

Não possui o Conselho Superior do IF-SC competência para regulamentar a progressão funcional prevista no art. 120 da Lei n. 11.784 por meio de resolução de sua presidência.

Tão somente por esse motivo, a Resolução n. 19/2011/CS já não poderia ser aplicada. De todo modo, conforme as próprias informações da autoridade impetrada, não teve efeitos este ato impugnado pelo impetrante a partir da manifestação contida no Parecer Jurídico n. 323/2011/PF/IF-SC/PGF/AGU.

Nesse contexto, no ponto o *writ* perdeu o objeto.

Quanto ao pedido de expedição de nova resolução, fundada em decisão predominante dos membros do Conselho Superior do IF-SC, não há direito líquido e certo a ser amparado por mandado de segurança.

Não pode a decisão administrativa, em que se ampara o impetrante, prevalecer contra texto expresso de lei que tem eficácia condicionada à expedição de regulamento cuja competência, como já se afirmou, é privativa da Presidência da República.

Nos dizeres de Celso Antonio Bandeira de Mello, *in* Curso de Direito Administrativo, 12ª edição, p. 331, *'O ato administrativo é valido quando foi expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo. Vale dizer, quando se encontra adequado aos requisitos estabelecidos pela ordem jurídica. Validade, por isto, é a adequação do ato às exigências normativas.*

Referindo este autor o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, p. 113, *as leis que trazem a recomendação de serem regulamentadas não são exequíveis antes da expedição do decreto regulamentador, porque esse ato é conditio juris da atuação normativa da lei. Em tal caso, o regulamento opera como condição suspensiva da execução da norma legal, deixando seus efeitos pendentes até a expedição do ato do Executivo.*

Registre-se, inclusive, que o próprio texto do §5º do art. 120 da Lei n. 11.784 expressamente assinalou a aplicação das regras estabelecidas nos arts. 13 e 14 da Lei n. 11.344, enquanto não for publicado o regulamento.

Não há, assim, qualquer espaço para a atuação da autoridade apontada como coatora para disciplinar a matéria, do modo pretendido pelo impetrante.

Em face do que foi dito, reconhecida a perda parcial do objeto nos termos da fundamentação, denego a segurança.

Sem honorários (art. 25, da Lei n. 12.016/2009).

Custas *ex lege*.

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, aferida a tempestividade e a regularidade do preparo, recebo-o desde logo no efeito devolutivo, determinando a intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões; e, após, a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2012.

OSNI CARDOSO FILHO
Juiz Federal

eletrônico <http://www.jfsc.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **4216723v4** e, se solicitado, do código CRC **E21957D9**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): Osni Cardoso Filho

Data e Hora: 17/02/2012 17:15
